

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- CONHECIMENTOS GERAIS --

Linguagem Simples é o nome dado no Brasil a um conjunto de técnicas de redação e de *design* da informação usadas para produzir textos claros para o público-alvo das comunicações oficiais.

Quando falamos em “público-alvo”, estamos tratando especificamente da parcela da população a quem a informação se destina. Uma pessoa pode, por exemplo, redigir um texto para um *site* de câmara municipal com o objetivo de que seja compreendido por cidadãos com ensino médio completo; um folheto sobre malária para uma população ribeirinha de baixa escolaridade; ou, ainda, um estudo legislativo para embasar o trabalho de um deputado. Em qualquer dessas situações, tanto o público como a instituição vão se beneficiar do uso da Linguagem Simples.

Embora no Brasil o termo “Linguagem Simples” tenha prevalecido, o mote da técnica não é exatamente “quanto mais simples, melhor”, mas “quanto mais claro, melhor”. Tendo-se em mente que a clareza, e não a simplicidade, é a meta última da técnica, é possível e desejável usá-la até mesmo para redigir um texto técnico para o público especialista em determinado assunto. Em casos como esse, trocar palavras difíceis por outras mais fáceis não será a primeira preocupação.

A Linguagem Simples vai muito além da escolha de palavras. A técnica engloba diretrizes relacionadas à arquitetura da informação, à estrutura das frases e ao *design*, com o objetivo de reduzir o tempo e a dificuldade para o cérebro processar informações.

Patrícia Roedel. **Manual de linguagem simples**: como planejar, desenvolver e testar textos que funcionam. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024, p. 13-14 (com adaptações).

Com base nas ideias e nos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os itens seguintes.

- 1 No primeiro período do segundo parágrafo, o emprego da vírgula imediatamente após ‘público-alvo’ é obrigatório e se justifica pela necessidade de serem separadas duas orações que apresentam o mesmo sujeito.
- 2 Seria mantida a correção gramatical do primeiro período do texto caso o termo “usadas” fosse substituído por **usado**.
- 3 O texto informa que Linguagem Simples é um padrão de linguagem com estruturas linguísticas e palavras próprias que se volta à simplificação dos textos para a completa assimilação do seu conteúdo pelo público a que tais textos se destinam.
- 4 A substituição de “a meta última” (segundo período do terceiro parágrafo) por **a última meta** alteraria o sentido veiculado originalmente no texto e poderia comprometer a coerência textual.
- 5 Segundo o texto, apesar de a Linguagem Simples ir além da mera seleção vocabular, o cuidado com essa seleção varia conforme a complexidade do gênero textual e do público-alvo, indo de importante, passando a secundário, até ser considerado irrelevante.
- 6 Conforme o texto, a clareza é uma das ferramentas usadas na Linguagem Simples com o fim de simplificar os temas tratados nos textos, permitindo-se, assim, que eles sejam plenamente entendidos pela população como um todo.

- 7 No segundo parágrafo, os termos preposicionados “por cidadãos com ensino médio completo” (segundo período) e “do uso da Linguagem Simples” (último período) desempenham a mesma função sintática nas orações em que ocorrem — ambas na voz passiva.
- 8 A forma pronominal “se”, em “vão se beneficiar” (último período do segundo parágrafo), poderia ser corretamente deslocada para imediatamente após a forma verbal infinitiva, da seguinte forma: **vão beneficiar-se**.
- 9 Visto que, no primeiro período do terceiro parágrafo, a locução verbal “tenha prevalecido” corresponde ao tempo pretérito, conclui-se que o verbo da oração principal do período está empregado no presente histórico, em obediência ao paralelismo temporal.

A maior planície alagável do mundo está secando e ficando mais quente a um ritmo acelerado. Em quatro décadas, o pantanal, o menor bioma brasileiro, foi o que mais aqueceu e teve a maior redução na quantidade de chuvas. Essa dupla tendência, de mais calor e de menos pluviosidade, é visível em todos os ecossistemas nacionais — da amazônia, no Norte, que engloba quase metade da área do país, ao pampa, no Rio Grande do Sul, ainda que nesse bioma de forma bem menos perceptível.

Entre 1985 e 2024, a temperatura média no bioma subiu 0,47 °C por década. Em quatro décadas, o aumento acumulado no pantanal chega a quase 1,9 °C. O ritmo de crescimento do aquecimento no pantanal é 60% superior ao calculado no mesmo período para o Brasil como um todo e para os biomas amazônia e cerrado, que abrangem quase três quartos da área nacional. A velocidade de subida dos termômetros no pantanal é ainda cerca do dobro da apresentada na caatinga e na mata atlântica e mais que o triplo da do pampa nos 40 anos analisados.

Marcos Pivetta. **Um pantanal mais quente e seco**. In: Revista Pesquisa FAPESP, 2026, v. 360, p. 45 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, referentes ao texto precedente.

- 10 O termo “brasileiro” (segundo período do primeiro parágrafo) desempenha a mesma função sintática dos termos “amazônia” e “cerrado” (terceiro período do segundo parágrafo): o primeiro modifica o nome “bioma”, e os dois últimos, “biomas”.
- 11 O trecho “superior ao calculado no mesmo período” (terceiro período do segundo parágrafo) poderia ser corretamente reescrito como **superior aquele calculado em idêntico período**.
- 12 Predomina, no segundo parágrafo do texto, a tipologia descritiva.
- 13 De acordo com o texto, menor pluviosidade e aumento do calor no pantanal se caracterizam como um processo gradativo.

Novos dados da União Interparlamentar (UIP) e da ONU Mulheres revelam um progresso limitado no alcance da igualdade de gênero na liderança política. A edição de 2025 do mapa **Mulheres na política** mostra que os homens continuam a superar as mulheres em mais de três vezes nas posições executivas e legislativas em todo o mundo.

Globalmente, a presença feminina nos parlamentos subiu apenas 0,3%, alcançando 27,2% em relação ao ano anterior. Já nos ministérios, houve queda de 0,4%. Segundo Sima Bahous, diretora executiva da ONU Mulheres, o progresso não só é lento como há retrocesso em várias partes do mundo. “Trinta anos após a Declaração de Pequim, a promessa de igualdade de gênero na liderança política permanece não cumprida. Não podemos aceitar um mundo onde metade da população seja sistematicamente excluída da tomada de decisões”, frisou.

Bahous também lembrou que cotas, reformas eleitorais e vontade política são soluções para dismantlar barreiras sistêmicas. “O tempo das medidas paliativas acabou. É hora de os governos agirem para assegurar que as mulheres tenham um assento igual em todas as mesas onde o poder é exercido”, destacou.

A presidente da UIP, Tuliá Ackson, classificou o ritmo de avanço como “glacial” e ressaltou a urgência de medidas concretas para garantir representação igualitária. O secretário-geral da UIP, Martin Chungong, defendeu o engajamento ativo de homens como parte da solução.

Ainda, o mapa de 2025 mostra que, enquanto as mulheres lideram importantes pastas ligadas a direitos humanos, igualdade de gênero e proteção social, os homens dominam áreas como relações exteriores, orçamento e defesa.

Internet: <onumulheres.org.br> (com adaptações).

Em relação às ideias e aos aspectos linguísticos do texto apresentado, julgue os seguintes itens.

- 14 As orações ‘para assegurar’ (terceiro período do terceiro parágrafo) e “para garantir representação igualitária” (primeiro período do quarto parágrafo) exercem função adverbial e expressam circunstância de finalidade.
- 15 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto caso o trecho “Ainda, o mapa de 2025 mostra que” (último parágrafo) fosse assim reescrito: **O mapa de 2025 mostra, ainda, que.**
- 16 É facultativo o emprego do acento indicativo de crase no vocábulo “as” em “superar as mulheres” (segundo período do primeiro parágrafo).
- 17 Infere-se do texto que a UIP defende a proteção masculina às mulheres como medida concreta para a garantia de representação igualitária nos espaços de poder, o que sugere o enraizamento do posicionamento machista na sociedade.
- 18 O ritmo de avanço das medidas para o alcance da igualdade de gênero na liderança política no mundo é considerado desalentador pela autoridade máxima da UIP.
- 19 O vocábulo ‘paliativas’ (segundo período do terceiro parágrafo) poderia ser substituído, sem comprometimento da coerência das ideias do texto, por **protelatórias**.
- 20 No primeiro período do quarto parágrafo, o emprego do termo **presidenta** em vez de “presidente” não só preservaria a correção do texto como também evidenciaria uma opção política de gênero, em consonância com os ideais de maior representatividade das mulheres nas esferas de poder.

Em 1988, ano do centenário da abolição da escravidão no Brasil, foi promulgada a atual Constituição Federal, a primeira a tratar da questão racial e a que tornou o racismo crime inafiançável e imprescritível. Naquele ano de memória e avanço civilizatório, foi feita uma pequena pesquisa sobre racismo. Seus resultados mostravam um cenário contraditório: ao mesmo tempo em que 97% dos entrevistados afirmavam não ter preconceito racial, 98% dos entrevistados diziam conhecer pessoas racistas e ter presenciado situações de discriminação racial. A melhor descrição da situação foi feita anos depois pela historiadora e antropóloga Lília Moritz Schwarcz: “A conclusão informal é de que todo brasileiro parece se sentir como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados.”

Hoje, o debate sobre o racismo cresceu. As cotas raciais são um sucesso social e acadêmico comprovado. Tendem a ser cada vez menos numerosos os que acreditam na democracia racial e cada vez maior o número dos que sabem que o racismo deve ser extirpado.

Entretanto, a tendência de reconhecer mais o racismo não se repete em relação ao machismo. Todos reconhecem que há discriminação contra pretos e pardos, mas não contra as mulheres; todos reconhecem que há racismo, mas não reconhecem que há machismo — embora os mais jovens não se revelem machistas. Todas as gerações negam a discriminação contra as mulheres, apesar de a geração dos que nasceram no novo milênio ser a que menos percebe a discriminação de gênero, tanto mulheres quanto homens. No Brasil de hoje, há uma regra social implícita, segundo a qual ninguém pode deixar de reconhecer o racismo, mas a sociedade não reconhece a discriminação contra a mulher como relevante.

Felipe Nunes. **Brasil no espelho**: um guia para entender o Brasil e os brasileiros. Rio de Janeiro: Globo, 2025, p. 185-186 (com adaptações).

Julgue os próximos itens, relativos ao texto precedente.

- 21 Nos trechos “reconhecem que há discriminação” e “reconhecem que há machismo” (segundo período do terceiro parágrafo), a substituição do segmento “que há” por **a existência de** manteria tanto a correção gramatical quanto o paralelismo sintático no período.
- 22 Infere-se dos resultados da pesquisa realizada em 1988 sobre racismo que os entrevistados implicitamente negavam fazer parte do coletivo a que pertenciam.
- 23 Depreende-se da leitura do texto que a geração dos nascidos no novo milênio é menos afetada pela discriminação de gênero que as demais.
- 24 No trecho “a primeira a tratar da questão racial e a que tornou o racismo crime” (primeiro período do texto), a conjunção “e” liga por adição duas orações adjetivas introduzidas pela preposição “a”.
- 25 No segundo período do segundo parágrafo, o sujeito da oração iniciada pela forma verbal “Tendem” classifica-se sintaticamente como indeterminado.
- 26 Os dois primeiros períodos do segundo parágrafo poderiam ser reescritos em um único período, sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, da seguinte forma: **Atualmente, considerando o avanço do debate sobre o racismo, as cotas raciais já são aceitas como um sucesso social e acadêmico.**

Little attention has been devoted to legislation's point of origin — the legislative drafting process. Such commentary as has been offered is essentially technical in nature. However, the relationship between drafter and text is the furthest thing from a technical, value-neutral enterprise.

For example: a question confronted by every drafter and one with obvious ethical and political implications is, "How much is to be left to the drafter's discretion?" Obviously, the drafter who less frequently inquires about the client's desires will have greater latitude to exercise discretion and accordingly can play more of an "advocacy" role in shaping the legislation, a situation which can lead to his or her sidestepping the duty of abiding by a client's decisions concerning the objectives of representation.

But this is not to paint too malevolent a portrait of legislative drafting personnel. They are not a fifth column of subversives who pursue personal advocacy objectives in everything that they do. Indeed, many may even be unaware of their power. They are, though, continually called upon to exercise personal judgment in the performance of their duties. Such judgments are frequently policy judgments, and drafting decisions are often influenced consciously or subconsciously by the advocacy agenda of the individual drafter. The legislative drafter plays a more active role in the process than is generally accorded to the stereotypical scribe, laboring in nameless and faceless obscurity to produce a bill draft.

David Marcello. *The Ethics and Politics of Legislative Drafting*.  
In: *Tulane Law Review*, vol. 70, p. 2437, 1996 (adapted).

About the preceding text, judge the following items.

- 27 The fragment of a sentence "greater latitude to exercise discretion" (second sentence of the second paragraph) can be, without this changing the original meaning of the text, replaced with **greater possibilities to be discreet**.
- 28 In "But this is not to paint too malevolent a portrait" (first sentence of the third paragraph), "this" does not refer to a specific previous word, but to the entire statement made in the second paragraph.
- 29 The text confronts the idea of neutrality of those whose work is to write texts that may become law.
- 30 By using the expressions "'advocacy' role" (second sentence of the second paragraph) and "advocacy agenda" (forth sentence of the third paragraph), the author is referring specifically to people who have a degree in law and work in the legislative branch.
- 31 The main point of the text is to reveal how drafters can deliberately manipulate the drafting process according to their own interests.
- 32 It is correct to conclude from the first paragraph of the text that its author believes that not much has been explored about the true nature of legislative drafters' work, which is not merely technical and impartial.

When conducting a survey on the use of technology in the legislative process, one of the questions I asked was "Has the legislature, as an institution or in part, resisted technology based changes?" I asked this question based on my own experience with the Massachusetts Legislature. I spent 9 years working with legislators and senior staff, and the way they sometimes approached technology was at times comical—at times frightening. My friends and I watched on—and laughed—the first time a laptop computer or an iPhone made its way onto the floor of the Massachusetts House or Senate and the members gathered around it, acting as though they were looking at an artifact that had been dropped from Mars. I also saw an older legislative drafter become befuddled and angry when he was forced to start using the "track changes" and "comment" functions on Microsoft Word rather than marking up a bill with his beloved red pencil.

Sean J. Kealy. *Technology & Legislative Drafting In The United States*.  
Internet: <sites.bu.edu> (adapted).

Judge the following items concerning the previous text.

- 33 The negative way some legislators reacted to technology sometimes scared the author of the text.
- 34 The verb tense used in the survey question presented in the first sentence of the text indicates that there was no specific point in time respondents had to consider in their answers.
- 35 When conducting his survey, the author met an older drafter who did not want to change the way he worked with bills and red pencils.
- 36 In his text, the author shows his skepticism about the use of technology in the legislative process.

*P*: "Maria pagou e não assistiu."

*Q*: "João assistiu sem pagar."

No que concerne às proposições *P* e *Q* apresentadas anteriormente, julgue os itens seguintes.

- 37 A falsidade da proposição "Se *P*, então *Q*" permite que se infira corretamente que João não assistiu.
- 38 A proposição *P* é a negação de "Se Maria pagou, então assistiu."
- 39 A tabela-verdade associada à proposição *Q* tem 8 linhas.
- 40 A negação da proposição *Q* pode ser expressa por "João não assistiu sem pagar."
- 41 A proposição *Q* é a negação de "Se João assistiu, então ele pagou."

**Espaço livre**

Determinada comissão da Câmara dos Deputados é composta por 12 membros, 2 dos quais são do mesmo partido político. A Mesa da comissão é composta por 4 desses membros, que ocupam os cargos de presidente, vice-presidente, 1.º secretário e 2.º secretário, todos com atribuições específicas, que os distinguem entre si e dos demais membros da comissão. Cada cargo deve ser ocupado por apenas um deputado, vedada a acumulação de cargos. Em certo dia de deliberações, todos os deputados dessa comissão que não participam da Mesa se inscreveram para fazer uma fala. A tabela a seguir apresenta a duração, em minutos, dos discursos dos cinco primeiros deputados a realizarem as suas falas.

deputado	duração
1	7
2	4
3	6
4	5
5	8

Com base na situação hipotética precedente, julgue os itens a seguir.

- 42** Considerando-se o tempo médio das falas dos cinco primeiros deputados que discursaram, é correto concluir que, se o sexto deputado levar 7 minutos em seu discurso, a duração média dos discursos aumentará.
- 43** O desvio-padrão dos tempos de fala dos cinco primeiros deputados é superior a 2 minutos.
- 44** É possível compor a Mesa de mais de cinco mil maneiras distintas sem que nela estejam presentes nenhum dos dois membros que são do mesmo partido político.
- 45** Se os cargos da Mesa fossem preenchidos por escolha aleatória entre os membros da comissão, a probabilidade de ambos os membros que são do mesmo partido político integrarem a Mesa seria superior a 10%.
- 46** Se o sexto deputado levar 7 minutos em seu discurso, a mediana da série das durações dos seis primeiros discursos será maior que a mediana da série das durações dos cinco primeiros discursos.

No âmbito da Câmara dos Deputados, foi celebrado, nos termos da legislação aplicável, instrumento de cooperação administrativa para que determinadas atividades administrativas internas de apoio institucional, sem caracterização de delegação de serviço público, até então executadas diretamente por unidades internas do órgão, passassem a ser materialmente executadas por fundação pública federal de direito privado, integrante da administração indireta da União. Não houve transferência da titularidade nem da execução de serviço público em sentido próprio, tendo a Câmara dos Deputados permanecido responsável pela direção funcional, pela definição das diretrizes e pelo controle finalístico da atuação. Promoveu-se a redistribuição interna de competências entre secretarias, diretorias e coordenações já existentes, sem criação de novos órgãos, tendo sido mantida a relação de hierarquia administrativa no âmbito da própria Câmara dos Deputados.

Considerando a situação hipotética apresentada e os conceitos de centralização, descentralização, concentração e desconcentração administrativas, julgue os itens a seguir.

- 47** A redistribuição de competências entre secretarias, diretorias e coordenações da Câmara dos Deputados, realizada no âmbito da mesma pessoa jurídica, sem criação de novos órgãos e com preservação da hierarquia administrativa, configura hipótese de desconcentração administrativa.
- 48** A execução material, por fundação pública federal de direito privado, de atividades-meio administrativas internas da Câmara dos Deputados, sem transferência da titularidade nem da execução de serviço público em sentido próprio, não configura descentralização administrativa.

**Espaço livre**

Julgue os seguintes itens, relativos à administração direta e indireta e às entidades da administração indireta.

- 49** As fundações públicas, independentemente de sua natureza jurídica, submetem-se integralmente ao regime jurídico de direito público no que se refere à aplicação irrestrita das prerrogativas típicas dos bens públicos.
- 50** A administração indireta é composta por pessoas jurídicas com personalidade própria, criadas ou autorizadas por lei, que desempenham atividades administrativas de forma descentralizada, sem subordinação hierárquica ao ente instituidor, estando sujeitas a controle finalístico.
- 51** A criação de empresas públicas e sociedades de economia mista prescinde de autorização legislativa específica se o ente federativo detiver o controle acionário e a entidade atuar em conformidade com o interesse público.

A respeito do ato administrativo, julgue os itens seguintes.

- 52** A revogação, por conveniência e oportunidade, do ato administrativo não pode atingir atos válidos que tenham gerado direitos adquiridos, sob pena de violação à segurança jurídica.
- 53** Os atos administrativos vinculados e discricionários distinguem-se quanto à margem de liberdade conferida à administração na apreciação do motivo e do objeto, sendo ambos igualmente submetidos ao controle de legalidade pelo Poder Judiciário.
- 54** A imperatividade e a autoexecutoriedade são atributos dos atos administrativos, independentemente de sua natureza e de previsão legal.

Maria, servidora pública federal efetiva e estável, ocupante de cargo de analista em órgão da administração direta da União, submetida à Lei n.º 8.112/1990, foi designada, após alguns meses de exercício, para ocupar cargo em comissão no próprio órgão. Posteriormente, requereu licença para tratar de interesses particulares, a qual foi deferida pela autoridade competente, que consignou que o afastamento seria sem remuneração e determinou a exoneração de Maria do cargo em comissão.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os próximos itens, considerando as normas aplicáveis aos agentes públicos constantes na Lei n.º 8.112/1990 e na Constituição Federal.

- 55** A licença para tratar de interesses particulares constitui direito subjetivo de Maria, e sua concessão independe do interesse da administração.
- 56** O período de licença concedido a Maria será computado para fins de aposentadoria da servidora, ainda que não seja considerado tempo de efetivo exercício para outras vantagens funcionais.
- 57** Por determinação legal, o deferimento da licença imporia a exoneração automática de Maria do cargo em comissão por ela ocupado.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado e à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

- 58** O servidor público que, de forma negligente, realiza ordenação de despesa não autorizada em lei, com efetiva perda patrimonial, pratica ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- 59** Em decorrência da teoria do risco administrativo, o Estado possui responsabilidade civil objetiva pelos encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada pela administração pública.
- 60** A mera voluntariedade do agente não é suficiente para configurar a conduta dolosa de improbidade administrativa, sendo necessária a presença da vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito.

Julgue os itens seguintes, com base nas disposições da Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011), da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018) e da lei que regula o processo administrativo (Lei n.º 9.784/1999).

- 61** No processo administrativo, deve-se observar, entre outros critérios, o de atendimento a fins de interesse geral, permitida a renúncia parcial de poderes ou competências, desde que autorizada por lei.
- 62** As regras previstas na lei que regula o processo administrativo federal não se aplicam ao Poder Legislativo da União, ainda que no desempenho de função administrativa.
- 63** Desde que não seja configurada hipótese de informação classificada como sigilosa ou decorrente de sigilo legal, o direito de acesso aos pareceres jurídicos utilizados como fundamento da tomada de decisão e do ato administrativo será assegurado com a edição do ato decisório respectivo.
- 64** No âmbito do processo administrativo regulado pela Lei n.º 9.784/1999, as sanções podem ter natureza pecuniária ou consistir em obrigação de fazer ou de não fazer.
- 65** É condição para a realização do pedido de acesso a informações a apresentação de exposição de motivos.
- 66** A Lei Geral de Proteção de Dados aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado para fins exclusivamente jornalísticos e para fins exclusivos de atividades de repressão a infrações penais.
- 67** A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), autarquia de natureza especial dotada de autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, possui competência sancionatória em caso de tratamento de dados realizado em descumprimento à legislação.

Julgue o item subsequente, relativo ao controle da administração pública.

- 68** A sustação, pelo Congresso Nacional, de portaria normativa editada por ministro de Estado, em razão de violação ao princípio da legalidade, configura um tipo de controle legislativo, político e externo da administração pública.

No que diz respeito ao Estado burocrático, ao Estado do bem-estar e a controle social e *accountability*, julgue os itens que se seguem.

- 69** Fundado na profissionalização e na impessoalidade, o Estado burocrático admite disfunções que o afastam das demandas sociais, o que o Estado do bem-estar busca mitigar por meio da universalização de direitos e do fortalecimento do seu caráter prestacional.
- 70** No setor público, *accountability* compreende, além do dever de prestar contas e de transparência dos atos administrativos, a capacidade de imposição de sanções e correções em caso de desvios ou descumprimento de deveres.
- 71** O controle social, como mecanismo de participação da sociedade na gestão pública, restringe-se à etapa de formulação das políticas públicas, visto que a fiscalização da execução orçamentária é competência técnica exclusiva e indelegável dos órgãos de controle externo e interno.

Acerca da gestão por resultados, gestão por competências e redefinição do papel do Estado, julgue os itens subsecutivos.

- 72** A redefinição do papel do Estado assentou a diferença entre atividades exclusivas e serviços não exclusivos; em relação a estes, a reforma do serviço civil priorizou o reforço dos controles de processos em detrimento da autonomia gerencial, como forma de garantir a legalidade na prestação de serviços públicos.
- 73** Na administração pública, a gestão por resultados utiliza a pactuação de desempenho para substituir o controle rígido de processos pela autonomia gerencial, deslocando o foco da fiscalização dos meios para a avaliação do alcance de metas e impactos.
- 74** A identificação de *gaps* de competências é essencial para o planejamento de ações de treinamento e desenvolvimento da equipe, com vistas ao alcance das estratégias organizacionais.
- 75** A avaliação de competências baseada em certificações e títulos acadêmicos mensura o desempenho efetivo do servidor, visto que o conhecimento teórico constitui o pilar central da competência no setor público.

Acerca de comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais, julgue os seguintes itens.

- 76** O envolvimento de atores da sociedade civil e do setor privado nas políticas públicas está relacionado à incorporação da intersetorialidade a essas políticas e confere maior complexidade às redes organizacionais.
- 77** Entre os objetivos da Política Nacional de Linguagem Simples consta a redução da necessidade de intermediários na comunicação entre o poder público e o cidadão.

Julgue os próximos itens, no que diz respeito aos princípios de governança pública, de acordo com o Decreto n.º 9.203/2017.

- 78** Promover a simplificação administrativa pela priorização dos serviços prestados por meio eletrônico insere-se entre os princípios da governança pública expressamente previstos no referido instrumento legal.
- 79** A capacidade de resposta é princípio a ser observado na governança pública.

Em relação a governabilidade e governança, julgue os itens a seguir.

- 80** Governabilidade consiste na capacidade que um governo, de qualquer nível e orientação política, possui para formular e implementar políticas públicas de forma eficiente e efetiva.
- 81** A principal similaridade entre as denominadas nova gestão pública e nova governança pública é a ênfase dada à competição para a provisão de serviços públicos.

No que diz respeito à intermediação de interesses por meio de práticas corporativistas e neocorporativistas, julgue os itens seguintes.

- 82** O corporativismo estrutura-se de forma articulada com as democracias sociais de inspiração keneynsiana, surgidas após a Segunda Guerra Mundial.
- 83** O neocorporativismo caracteriza-se por práticas de concertação social entre capital e trabalho arbitradas pelo Estado.

No que se refere a políticas públicas, julgue os itens subseqüentes.

- 84** Falhas na governança e a ausência de transparência na gestão dos fundos de saúde e educação, por exemplo, criam um ambiente institucional propício à ocorrência de irregularidades financeiras.
- 85** As conferências, os conselhos de políticas públicas e os orçamentos participativos constituem espaços importantes para a concretização do exercício do controle social.
- 86** A abordagem *bottom-up* caracteriza-se pela descentralização do processo decisório e pela construção de estratégias a partir das experiências da base operacional.
- 87** A gestão local pautada na cidadania deve priorizar políticas públicas universalistas e padronizadas, de forma a se evitarem ações que atendam às necessidades específicas de determinados grupos, ainda que considerados vulneráveis.
- 88** No Brasil, os conselhos de políticas públicas fortalecem a democracia e a descentralização ao institucionalizarem a participação da sociedade civil nas decisões e no controle da gestão governamental.

Acerca das mudanças institucionais, julgue os itens a seguir.

- 89** Ao adquirir personalidade de direito público, o consórcio se torna uma empresa pública e passa a integrar a administração indireta de todos os entes federativos consorciados.
- 90** Entre as prerrogativas das agências reguladoras, que são autarquias em regime especial, inclui-se a estabilidade de seus dirigentes durante o mandato.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Acerca do poder constituinte e de aspectos atinentes à Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens a seguir.

- 91** O processo constituinte que culminou na promulgação da CF foi marcado por intensa participação popular na Assembleia Constituinte.
- 92** O poder constituinte originário é qualificado como incondicionado e ilimitado, contudo, consoante a doutrina majoritária, pode submeter-se a limitações do direito natural.
- 93** O poder constituinte derivado não está previsto na CF, embora nela estejam previstos seus limites expressos e implícitos.

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais previstos na CF, considerada a jurisprudência do STF, julgue os itens que se seguem.

- 94** O direito à gratuidade de obtenção de certidões em repartições públicas contempla as certidões emitidas pelo Poder Judiciário, excetuadas aquelas de natureza forense.
- 95** O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- 96** A licença-paternidade, direito social previsto expressamente no texto constitucional, relaciona-se com as garantias institucionais da família, da proteção integral da infância e do direito fundamental à igualdade entre homens e mulheres.

À luz das disposições da CF relativas à administração pública, julgue os itens a seguir.

- 97** O servidor público da administração pública direta que estiver no exercício de mandato eletivo federal deverá ficar licenciado do cargo, não podendo esse período de afastamento ser computado como tempo de serviço.
- 98** O texto constitucional veda a vinculação ou equiparação de espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvadas as hipóteses de vinculação previstas na própria CF.

Julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Constituição Federal de 1988 (CF).

- 99** Desde a data da expedição do respectivo diploma, deputados e senadores ficam proibidos de ser titulares de mais de um cargo público.
- 100** Durante a vigência do estado de defesa, o ministro da Justiça poderá determinar a incomunicabilidade, pelo prazo de até dez dias, dos presos detidos em prisões federais.
- 101** À Câmara dos Deputados compete eleger dois cidadãos brasileiros natos, com mais de 35 anos de idade, como membros do Conselho da República.
- 102** A legitimidade para a iniciativa das propostas de emendas à CF é mais ampla que a das medidas provisórias.
- 103** A fixação e a modificação do efetivo das Forças Armadas são atribuições exclusivas do Senado Federal, sendo de iniciativa do presidente da República projeto de lei que trate desse assunto.

Julgue os seguintes itens, de acordo com as previsões do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

- 104** As sessões ordinárias da Câmara dos Deputados constarão do pequeno expediente, do grande expediente, da ordem do dia e, desde que haja tempo, das comunicações parlamentares.
- 105** A sessão legislativa ordinária somente pode ser interrompida após a aprovação da lei orçamentária anual.
- 106** Os membros efetivos da Mesa da Câmara dos Deputados não podem fazer parte de comissões permanentes, especiais ou de inquérito.

Em relação aos fundamentos, à evolução e às teorias e escolas da administração, julgue os itens a seguir.

- 107** A teoria neoclássica da administração, como contribuição do pensamento pragmático americano, rompeu com a teoria clássica e com os conceitos de racionalização do trabalho ao resgatar elementos de humanização na gestão de pessoas.
- 108** A superação dos princípios científicos do reducionismo, do pensamento analítico e do mecanicismo propiciou o desenvolvimento da abordagem sistêmica da administração.
- 109** A abordagem comportamental incentiva a criação de oportunidades para a liberação dos potenciais humanos e para o crescimento individual do trabalhador.

No que se refere à gestão de pessoas, julgue os itens seguintes.

- 110** O clima organizacional diz respeito à criação de condições físicas favoráveis ao desenvolvimento das atividades dos trabalhadores dentro da organização.
- 111** Na prática, todo líder pode adotar os estilos de liderança autocrático, liberal ou democrático em função da situação, das pessoas e da tarefa a ser executada.
- 112** A gestão por competências visa ao desenvolvimento e ao aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas, de forma que elas possam agregar valor à organização.

Considerando os principais conceitos de governança e estratégia nas empresas, julgue os itens subsequentes.

- 113** *Balanced scorecard* é a ferramenta que traduz de forma visual os objetivos estratégicos definidos pela alta administração da entidade, materializando a visão e a estratégia, em alinhamento com a missão e os valores da organização.
- 114** Garantir os melhores retornos aos proprietários e demais interessados em uma organização é o principal objetivo do *compliance*, estando o cumprimento dos dispositivos legais e normativos associados a esse objetivo: leis e normas devem ser adotadas na medida em que assegurem tais retornos.
- 115** A compatibilização dos fatores referentes aos ambientes externo (ameaças e oportunidades) e interno (forças e fraquezas) é essencial para a construção da proposta de valor da organização.
- 116** Gerar valor tanto para os proprietários quanto para as partes interessadas constitui um dos objetivos da governança corporativa.

Em relação à gestão de projetos, julgue os próximos itens.

- 117** Para viabilizar a gestão de portfólio de projetos, todos os projetos que integram o portfólio devem iniciar-se no mesmo momento, independentemente de suas datas de conclusão.
- 118** A padronização dos processos de governança relacionados a projetos facilita o compartilhamento de recursos, metodologias, ferramentas e técnicas.
- 119** GEPnet e Dotprojec são *softwares* de gerenciamento de projetos licenciados.
- 120** O ciclo de vida de um projeto define as fases que conectam o início do projeto ao seu final.

No que diz respeito à gestão de processos, julgue os itens a seguir.

- 121** Subprocessos são os conjuntos de atividades que transformam insumos (entradas) em produtos (saídas), subdividindo-se em atividades que podem ser desmembradas em tarefas.
- 122** Ao conjunto de processos críticos para o atingimento da missão da organização dá-se o nome de macroprocessos.
- 123** A modelagem de processos dispensa a compreensão dos componentes primários dos processos de negócios e dos fatores ambientais.
- 124** Processos organizacionais são fenômenos dinâmicos que envolvem um conjunto complexo de variáveis ambientais e de pessoas.

Acerca de licitação pública, julgue os itens a seguir, com base nas disposições da Lei n.º 14.133/2021, observada a jurisprudência dos tribunais superiores.

- 125** A inexigibilidade de licitação atinente à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual é incompatível com a subcontratação de empresas.
- 126** Segundo entendimento do STF, a empresa que tenha sido contratada diretamente por dispensa de licitação em razão de situação emergencial ou calamitosa estará impedida de participar de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação, quando encerrada a situação de emergência ou calamidade.
- 127** O planejamento e a unificação das funções são princípios norteadores do procedimento licitatório.
- 128** No caso de procedimento licitatório realizado na modalidade leilão, cabe à autoridade competente da administração pública, em juízo discricionário, decidir se o certame será conduzido por servidor público ou se, alternativamente, será cometido a leiloeiro oficial.
- 129** Na modalidade diálogo competitivo, todos os interessados que preencherem os critérios de pré-seleção, a serem necessariamente veiculados em edital, deverão ser admitidos.
- 130** Dado o princípio do parcelamento, a ser observado no âmbito das licitações, seria ilegal a opção administrativa pela estruturação do objeto licitatório em lote único, no caso de planejamento de compras.

No que concerne aos contratos administrativos, julgue os seguintes itens, à luz das disposições da Lei n.º 14.133/2021.

- 131** A aplicação da pena de multa tem caráter substitutivo em relação à obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.
- 132** O prazo prescricional das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a ser iniciado da ciência da infração pela administração pública, considera-se interrompido se houver a instauração do processo de responsabilização.
- 133** O reajustamento do contrato pode ser realizado por mero apostilamento, dispensada a formalização de termo aditivo.
- 134** O contrato administrativo deve conter cláusula que preveja o índice de reajustamento de preço, podendo ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial.
- 135** O instrumento de contrato é obrigatório em todos os contratos administrativos, inclusive nas situações de dispensa e inexigibilidade de licitação.
- 136** Admite-se como modalidade de garantia contratual a caução em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural.
- 137** A prorrogação sucessiva de contratos de serviços e fornecimentos contínuos, respeitada a vigência máxima decenal, depende de previsão editalícia expressa nesse sentido.
- 138** A extinção do contrato administrativo prejudica o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro requerido durante a vigência contratual.

A respeito dos contratos administrativos, considerados aspectos atinentes às responsabilidades da administração e da contratada, à fiscalização e à gestão dos contratos administrativos, julgue os itens subsequentes, com base no disposto na Lei n.º 14.133/2021.

- 139** É vedada a contratação de terceiros no âmbito das atividades de acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos administrativos.
- 140** O inadimplemento das obrigações fiscais e comerciais é de responsabilidade do contratado e tal conduta implica restrição à regularização e ao uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis.
- 141** É atribuição do gestor do contrato indicar os agentes públicos responsáveis pela fiscalização da execução contratual, admitida a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a risco.

Acerca dos contratos administrativos relativos a contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, julgue os próximos itens, à luz do que dispõe a Lei n.º 14.133/2021.

- 142** A administração pública responderá, subsidiariamente, pelos encargos trabalhistas e previdenciários, desde que demonstrada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.
- 143** A administração pública possui a prerrogativa de, durante o acompanhamento da execução contratual, solicitar ao contratado, sob pena de multa, o comprovante de depósito do FGTS dos empregados.
- 144** Uma vez verificado o inadimplemento das obrigações trabalhistas, admite-se à administração pública efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas pendentes, deduzindo-se esses valores do pagamento devido ao contratado.

A respeito de segurança, ética e responsabilidade digital no serviço público e governança de dados, julgue os itens a seguir.

- 145** Conforme a legislação vigente, as regras de boas práticas e os programas de governança em privacidade, uma vez instituídos, restringem-se aos dados pessoais coletados diretamente pelo controlador, não se estendendo a dados obtidos por outros meios.
- 146** No *spear phishing*, a personalização da mensagem é irrelevante para o sucesso do ataque, uma vez que a credibilidade decorre principalmente do uso de canais e identidades aparentemente legítimos.
- 147** Os órgãos responsáveis por serviços públicos digitais devem gerir suas ferramentas com foco na interoperabilidade, entre outros aspectos, em conformidade com a legislação aplicável e os requisitos de segurança da informação.

Acerca de inteligência artificial, técnicas de *prompts*, transformação e análise de dados, julgue os itens seguintes.

- 148** Em se tratando de análises de tendências e projeções, desconsideram-se atributos como sazonalidade, autocorrelação e granularidade temporal quando utilizados modelos estatísticos consolidados.
- 149** No processo de discretização de dados, valores contínuos são convertidos em intervalos ou categorias predefinidas, como o agrupamento de idades em faixas etárias.
- 150** No *zero-shot prompting*, é fornecido ao modelo apenas a instrução inicial, sem exemplos adicionais, a fim de se explorar a capacidade do modelo de fazer generalizações a partir do conhecimento obtido no treinamento.
- 151** O objetivo da utilização de modelos supervisionados é o atendimento de tarefas como clusterização, redução de dimensionalidade e detecção de anomalias.

No que se refere aos processos de ETL (*extract, transform, load*) e a técnicas de pré-processamento de dados para classificação e visualização de dados, julgue os próximos itens.

- 152** Em ETL, a transformação de uma linha que contém colunas com múltiplas ocorrências em uma linha para cada instância dos dados com múltiplas ocorrências é um exemplo de normalização de dados da etapa *transform*.
- 153** Em um gráfico de dispersão, se os valores do eixo vertical diminuírem à medida que os valores do eixo horizontal aumentarem, a direção será considerada positiva.
- 154** A análise PCA (análise de componentes principais) é utilizada para simplificar os dados e reduzir o ruído, pois tende a equilibrar as dimensões que têm valores mais extremos (*outliers*).

Suponha que as informações apresentadas na tabela a seguir tenham sido obtidas de um relatório gerencial referente ao número mensal de processos administrativos concluídos ao longo de um ano em uma unidade administrativa.

<b>número de observações</b>	12
<b>valor mínimo</b>	42
<b>primeiro quartil</b>	48
<b>segundo quartil</b>	53
<b>terceiro quartil</b>	62
<b>valor máximo</b>	70

Com base nas informações precedentes, julgue os itens a seguir.

- 155** O intervalo interquartil dos dados é igual a 14 e mede a dispersão da região central da distribuição associada ao 25.º e ao 75.º percentis.
- 156** Os valores mínimo e máximo apresentados na tabela consistem em medidas de dispersão, pois indicam diretamente a variabilidade dos dados observados.

**157** O número de observações representa uma medida de posição.

**158** Sob a perspectiva de uma distribuição de probabilidades, o número mensal de processos administrativos concluídos ao longo de um ano pode ser representado por uma variável aleatória discreta  $X$ , tal que  $0 \leq P(42 \leq X \leq 70) \leq 1$ .

Um órgão público municipal realizou um levantamento para estimar o percentual de adultos residentes no município satisfeitos com determinado serviço público. A equipe técnica havia recomendado pesquisa por amostragem aleatória da população-alvo, a fim de permitir inferência estatística com erro amostral controlado, contudo, por restrições operacionais, o levantamento foi conduzido por convite via *email*, a partir de uma lista administrativa com os endereços de 100.000 residentes. Destes, 1.000 residentes aderiram voluntariamente e responderam ao questionário *online*. Como verificação de consistência do perfil amostral, a idade dos respondentes foi comparada a um parâmetro conhecido da população-alvo. Sabe-se, com base em dados cadastrais consolidados, que a média de idade da população-alvo é de 35 anos. No levantamento por *email*, a média amostral de idade foi de 45 anos, com margem de erro de 2 anos, a um nível de confiança de 95%, conforme relatório técnico.

A partir das informações apresentadas na situação hipotética anterior, julgue os próximos itens.

- 159** Se a pesquisa tivesse sido conduzida conforme a recomendação da equipe técnica e com tamanho amostral de 900 residentes, o erro padrão na estimação do percentual de residentes satisfeitos com o serviço público em questão seria sempre inferior a 2%.
- 160** Supondo-se que o desvio padrão populacional das idades dos residentes seja de 10 anos, a média amostral de idade obtida no levantamento por *email* corresponde a um escore  $z$  padronizado igual a 0.
- 161** Mantidas as demais condições estabelecidas na situação hipotética apresentada, se o nível de confiança escolhido tivesse sido de 99%, a margem de erro teria sido superior a 2 anos.
- 162** A diferença entre a média de idade da população-alvo (35 anos) e a média amostral (45 anos) representa um erro amostral.

**Espaço livre**

A respeito da programação, da execução e do controle dos recursos orçamentários e financeiros, julgue os itens a seguir, considerando as fases da despesa pública.

- 163** A liquidação da despesa é um procedimento meramente formal e restrito à conferência dos valores contratados, não sendo necessária a verificação da efetiva entrega de bens ou da prestação de serviço nessa fase.
- 164** O empenho representa reserva formal de parte do orçamento destinada a assegurar um pagamento futuro, vinculando o Estado ao compromisso assumido antes mesmo da conclusão da obrigação financeira definitiva.
- 165** O pré-empenho constitui estágio preambular obrigatório do ciclo executivo da despesa, configurando pressuposto de sua validade e eficácia, razão pela qual sua ausência enseja a nulidade absoluta do empenho subsequente, por vício insanável de rito procedimental.
- 166** Ainda que regularmente empenhada e liquidada a despesa, seu pagamento poderá ser postergado por insuficiência de disponibilidade financeira decorrente da programação financeira e do cronograma de desembolso.

Julgue os itens a seguir, relativos à guia de recolhimento da União (GRU) e aos sistemas de informações utilizados na administração orçamentária e financeira federal.

- 167** O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) é considerado um sistema estruturante da administração financeira da União, pois reúne, em uma única plataforma, os registros orçamentários, financeiros e contábeis, permitindo o acompanhamento integrado e simultâneo da execução da receita e da despesa pública.
- 168** A GRU é instrumento padronizado destinado ao recolhimento de qualquer receita pública federal, incluídas as receitas previdenciárias e aquelas administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.
- 169** Na sistemática do PagTeseuro, a GRU, como meio de pagamento, pode ser substituída pelo Pix ou por cartões de crédito, sem prejuízo da destinação à Conta Única do Tesouro Nacional.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao controle e ao pagamento de restos a pagar e de despesas de exercícios anteriores.

- 170** Ainda que o empenho seja cancelado sob o aspecto orçamentário, a obrigação patrimonial derivada da liquidação subsistirá enquanto o direito do credor estiver vigente.
- 171** Enquadram-se como despesas de exercícios anteriores os restos a pagar cancelados cuja prescrição tenha sido interrompida e dos quais o credor ainda mantenha o direito ao recebimento.
- 172** Despesas de exercícios anteriores são necessariamente aquelas empenhadas em exercício anterior e canceladas por insuficiência financeira.
- 173** A inscrição em restos a pagar decorre da manutenção da despesa no regime orçamentário da competência anual, permitindo que despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro sejam transferidas para o exercício seguinte sem necessidade de novo empenho.

Acerca do suprimento de fundos, julgue os itens seguintes.

- 174** O servidor responsável por suprimento de fundos pode receber novo suprimento antes de prestar contas do anterior, desde que autorizado pela autoridade competente.
- 175** O ordenador de despesa não poderá conceder a servidor suprimento de fundos para despesas feitas em caráter sigiloso, ainda que tenha empenho e dotação própria.

Em relação à retenção e ao recolhimento de tributos incidentes sobre bens e serviços, julgue os itens a seguir.

- 176** Caso nota fiscal de prestação de serviços apresente erro no destaque do valor a ser retido, o órgão pagador fica impedido de efetuar a retenção, devendo devolver o documento ao fornecedor para correção antes de qualquer procedimento de pagamento ou glosa.
- 177** É dever do órgão público federal, na qualidade de fonte pagadora, fornecer à pessoa jurídica beneficiária do pagamento o comprovante anual de retenção, para fins de ajuste anual ou dedução dos tributos antecipados.
- 178** No pagamento, pela Câmara dos Deputados, a entidades imunes ou isentas de IRPJ, a dispensa de retenção desse imposto ocorre de forma automática e, apesar da necessidade de comprovação documental, o reconhecimento da imunidade do IRPJ desonera a entidade, de imediato, da retenção da CSLL, do PIS e da COFINS, independentemente do preenchimento completo dos requisitos específicos de isenção das contribuições sociais.
- 179** Nas contratações de serviços de limpeza, conservação e vigilância em que haja cessão de mão de obra, a retenção da contribuição previdenciária de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal é obrigatória e deve ser efetuada pelo órgão contratante no ato da quitação da fatura.
- 180** A sujeição passiva dos órgãos da administração pública federal à retenção na fonte dos tributos e das contribuições federais subsiste incólume mesmo nos casos de pagamentos a pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional.

**Espaço livre**